

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

1º SEMESTRE DE 2021



60 ANOS
CRÉDITO
PARA INOVAR
E DESENVOLVER.

ATIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVO	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	683.339	583.440	Depósitos a prazo		10.123	-
Instrumentos financeiros		15.206.579	15.851.958	Instrumentos financeiros		11.857.037	12.414.358
Títulos e valores mobiliários	6	1.955.851	2.242.836	Repasses do país	10.1	11.385.554	12.032.528
Operações de crédito	7	13.212.982	13.575.737	Empréstimos e repasses do exterior	10.1	460.461	381.830
Devedores por compra de valores e bens	7	35.310	30.542	Instrumentos financeiros derivativos	6.2	11.022	-
Avais e fianças honrados	7	2.436	2.843	Outras obrigações		517.852	660.229
(-) Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.2	(323.653)	(358.077)	Fundos financeiros e de desenvolvimento	11	342.665	493.078
Outros ativos		187.431	196.475	Impostos e contribuições sobre o lucro		82.703	130.141
Rendas a receber		12.234	7.578	Outros impostos e contribuições		8.549	8.928
Devedores por depósitos em garantia		88.941	91.330	Outras obrigações	12	83.935	28.082
Outros créditos	8	21.477	31.613	Provisões		152.611	145.146
Bens não destinados ao uso		66.905	66.786	Provisão para garantias financeiras prestadas	13	17.377	16.047
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso		(2.126)	(832)	Provisão para contingências	14	106.834	103.616
Créditos tributários	16.2	297.333	321.862	Provisão para pagamentos a efetuar		28.400	25.483
Investimentos		602	602	Passivo atuarial	23	268.506	263.348
Imobilizado	9	39.626	40.131	Obrigações fiscais diferidas	16.2	67.920	66.487
Imobilizado de uso		68.749	68.288	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2.425	2.628
(-) Depreciação acumulada		(29.123)	(28.157)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.232.806	3.099.861
Intangível	9	18.023	15.666	Capital social	15.a	1.608.429	1.518.579
Ativos intangíveis		44.798	40.124	Reservas de capital		-	1.720.353
(-) Amortização acumulada		(26.775)	(24.458)	Reservas de lucro		1.760.998	-
				Outros resultados abrangentes		(136.621)	(139.071)
TOTAL DO ATIVO		16.109.280	16.652.057	TOTAL DO PASSIVO		16.109.280	16.652.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		631.756	692.617
Operações de crédito	7.8	579.639	636.676
Resultado com títulos e valores mobiliários		52.117	55.941
Despesas da intermediação financeira		(249.124)	(439.767)
Operações de captação		(122)	-
Operações com empréstimos e repasses	10.2	(241.381)	(365.247)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.2	2.851	(74.520)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(10.472)	-
Resultado da intermediação financeira		382.632	252.850
Outras receitas operacionais		48.657	33.273
Receitas de prestação de serviços	17	20.382	15.146
Outras receitas operacionais	18	28.275	18.127
Despesas operacionais		(152.905)	(129.565)
Despesa com pessoal	19	(92.428)	(83.610)
Outras despesas administrativas	20	(22.831)	(21.989)
Despesas tributárias	16.3	(18.088)	(15.670)
Outras despesas operacionais	21	(19.558)	(8.296)
Despesas com provisões		(13.612)	(6.477)
Trabalhistas		(5.027)	(4.097)
Cíveis e fiscais		(3.938)	(2.356)
Garantias financeiras prestadas		(4.647)	(24)
Resultado operacional		264.772	150.081
Outras receitas e despesas		1.205	(24)
Resultado antes dos tributos e participações		265.977	150.057
Impostos sobre o lucro	16.1	(126.123)	(60.990)
Corrente		(101.433)	(73.096)
Diferido		(24.690)	12.106
Participações no lucro		(9.359)	(5.982)
RESULTADO LÍQUIDO		130.495	83.085
Resultado líquido por ação (lote de 1000 ações)		0,09	0,06

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido do período	130.495	83.085
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(2.047)	(319)
Variação do valor de mercado	(3.722)	(580)
Efeito tributário	1.675	261
Benefício pós-emprego	(403)	(1.126)
Variação do passivo atuarial	-	-
Efeito tributário	(403)	(1.126)
Total de outros resultados abrangentes	(2.450)	(1.445)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	128.045	81.640

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucro	Outros resultados	Lucros	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros	Fundo Regimental	abrangentes	acumulados	
Saldos em 01/01/2020	1.270.593	72.600	1.695.724	709	-	(152.623)		2.887.003
Ajustes de títulos disponíveis para venda						(319)		(319)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						(1.127)		(1.127)
Aumento de capital	196.200	(72.600)	(123.600)					-
Lucro líquido do semestre							83.085	83.085
Constituição de reservas			83.085				(83.085)	-
Saldos em 30/06/2020	1.466.793	-	1.655.209	709	-	(154.069)	-	2.968.642
Saldos em 01/01/2021	1.518.579	-	1.719.644	709	-	(139.071)		3.099.861
Reclassificação contábil			(1.719.644)	(709)	1.720.353			-
Ajustes de títulos disponíveis para venda						2.047		2.047
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego						403		403
Aumento de capital		89.850			(89.850)			-
Lucro líquido do semestre							130.495	130.495
Constituição de reservas					130.495		(130.495)	-
Saldos em 30/06/2021	1.518.579	89.850	-	-	1.760.998	(136.621)	-	3.232.806

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre ajustado	187.746	158.928
Lucro líquido do semestre	130.495	83.085
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	3.449	3.171
Ajustes a valor de mercado – ativos e passivos	19.395	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.851)	74.520
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.330	(4.208)
Provisão para contingências	7.303	3.619
Provisão atuarial, líquido de reversões	2.418	2.418
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	1.517	8.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.690	(12.106)
Redução / (aumento) de ativos operacionais	621.891	(89.892)
Títulos e valores mobiliários	286.270	(135.779)
Operações de crédito	331.182	43.826
Outros instrumentos financeiros	(4.361)	(10.053)
Outros créditos	7.528	10.337
Créditos tributários	1.272	1.777
Aumento / (redução) de passivos operacionais	(707.020)	(343.358)
Obrigações por repasse e empréstimos	(575.538)	(428.719)
Outras obrigações	13.570	150.218
Provisões	(1.168)	(10.665)
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	2.739	(4.818)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(148.871)	(45.302)
Resultado de exercícios futuros	(202)	(2.626)
Ajustes de avaliação patrimonial	2.450	(1.446)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	102.617	(274.322)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento) / Redução em TVM mantidos até o vencimento	2.583	161.888
Aplicação no intangível	(4.674)	(1.149)
Aquisição de imobilizado de uso	(690)	(866)
Alienação de imobilizado de uso	63	6
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	(2.718)	159.879
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	99.899	(114.443)
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do semestre	583.440	587.865
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	683.339	473.422
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	99.899	(114.443)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2021	30/06/2020
Receitas	681.494	661.022
Intermediação financeira	631.756	692.617
Prestação de serviços	20.382	15.146
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.851	(74.520)
Provisão para garantias financeiras prestadas	(1.330)	4.208
Outras	27.835	23.571
Despesas	257.433	366.550
Despesas de intermediação financeira	251.976	365.247
Outras	5.457	1.303
Insumos adquiridos de terceiros	43.447	41.192
Materiais, energia e outros	38.769	35.957
Serviços de terceiros	4.678	5.235
Valor adicionado bruto	380.614	253.280
Depreciação e amortização	3.449	3.171
Valor adicionado total a distribuir	377.165	250.109
Distribuição do valor adicionado	377.165	250.109
Pessoal	75.328	70.199
Remuneração direta	55.298	52.402
Benefícios	15.757	13.768
FGTS	4.273	4.029
Impostos, taxas e contribuições	161.311	90.071
Federais	159.935	88.992
Estaduais	42	41
Municipais	1.334	1.038
Remuneração de capitais de terceiros	672	772
Alugueis	672	772
Remuneração de capitais próprios	139.854	89.067
Participação no resultado	9.359	5.982
Lucros retidos no exercício	130.495	83.085

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra fora, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25 de agosto de 2021.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com as regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 23 da Resolução BACEN nº 2/2020, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentada na nota 4.

2.3 Integrantes do conglomerado prudencial

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
- BB Polo 27 Fundo de Investimento de Renda Fixa

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- Títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- Títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Circular BACEN n.º 3.082/2002 são classificados, na data da sua contratação, como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, de acordo com a intenção da administração. Entre os diversos tipos de instrumentos derivativos, o BRDE opera com a modalidade *swap*.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo BRDE. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações pode ser contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da categoria da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* adotada.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de

mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas, realizados ou não, registrados em conta de resultado;

- *Hedge* de fluxo de caixa: nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, líquidos dos efeitos tributários, registrados em conta do patrimônio líquido.

As informações detalhadas das operações envolvidas, suas estratégias, os objetivos da gestão de risco, contemplando a sua efetividade, são documentadas desde o início das operações

3.5 Operações de crédito e outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no semestre, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.6 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos na Resolução CMN n.º 2.682/1999, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

3.8 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.9 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.10 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e variações monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia

3.11 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 16 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste semestre.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2021, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Resolução CMN n.º 4.842/20, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 16.2, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações

cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.13 Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 23). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.877/2020

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidas de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.14 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CURTO E LONGO PRAZO

Em atendimento ao parágrafo único do art. 23 da Resolução BACEN nº 02/2020, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação em curto e longo prazo.

Item patrimonial - ATIVO	30/06/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Disponibilidades	683.339	-	583.440	-
Títulos e valores mobiliários	1.283.857	671.994	1.539.356	703.480
Operações de crédito	2.422.550	10.790.432	2.429.374	11.146.363
Devedores por compra de valores e bens	4.763	30.547	4.128	26.414
Avais e fianças honrados	1.041	1.395	1.108	1.735
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(91.801)	(231.852)	(42.265)	(315.812)
Rendas a receber	12.234	-	7.578	-
Devedores por depósitos em garantia	-	88.941	-	91.330
Outros créditos	18.520	2.956	25.321	6.292
Bens não destinados ao uso	36.764	30.141	66.786	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso	-	(2.126)	(832)	-
Créditos tributários	-	297.333	-	321.862
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	39.626	-	40.131
Intangível	-	18.023	-	15.666

Item patrimonial - PASSIVO	30/06/2021		31/12/2020	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Depósitos a prazo	-	10.123	-	65.448
Repasses do país	2.378.696	9.006.858	2.390.672	9.641.856
Empréstimos e repasses do exterior	36.998	423.463	23.826	292.556
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.022	-	-
Fundos financeiros e de desenvolvimento	342.665	-	493.078	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	82.703	-	130.141	-
Outros impostos e contribuições	8.549	-	8.928	-
Outras obrigações	83.935	-	28.082	-
Provisão para contingências	-	106.834	-	103.616
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	17.377	-	16.047
Provisão para pagamentos a efetuar	22.176	6.224	19.711	5.772
Passivo atuarial	-	268.506	-	66.487
Obrigações fiscais diferidas	-	67.920	-	263.348

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	707	42.999
Cotas de fundos de investimentos	682.632	540.441
Total	683.339	583.440

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS

	30/06/2021	31/12/2020
Carteira própria – nota 6.1	1.912.010	2.094.536
Cotas de fundos de investimento – recursos do FSA	43.841	147.727
Instrumentos derivativos – nota 6.2	-	573
Total	1.955.851	2.242.836

6.1 Carteira própria

Apresenta a seguinte composição, sendo que as cotas de fundos de investimentos são classificadas como disponível para venda e não possuem vencimento.

	30/06/2021	31/12/2020
Cotas de fundos de investimento – fundo exclusivo BB (a)	1.616.424	1.811.253
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	274.899	271.622
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	2.198	119
Cotas de fundos em participações (b)	12.835	9.609
Ações de companhias abertas (c)	5.654	1.933
Total	1.912.010	2.094.536

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 9.431 (31/12/2020 – R\$ 7.610) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	30/06/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro nacional	915.186	1.011.822
Notas do tesouro nacional-B	327.969	330.552
Letras tesouro nacional	116.941	117.364
Letras financeiras bancos	256.328	351.515
Total do fundo de investimento	1.616.424	1.811.253
Cotas oferecidas em garantia	7.031	6.958
Total do fundo de investimento disponível	1.609.393	1.804.295

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentado em 30 de junho a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.900	1.900	2.741
Fundo Criatec III	12.000	7.672	7.762
FIP Anjo Capital Semente	15.000	2.018	2.332

c) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (414) (31/12/2020 – R\$ (4.134)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (228) (31/12/2020 – R\$ (2.274)), após o registro de R\$ (186) (31/12/2020 – R\$ (1.860)) em “créditos tributários diferidos”, conforme demonstrado na nota 14.3.

A composição dos títulos e valores mobiliários, classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, é a seguinte:

Em 30/06/2021	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de fundos de investimentos	-	277.097	12.835	289.932
Letras financeira do tesouro	915.186	-	-	915.186
Notas do tesouro nacional-B	-	-	327.969	327.969
Letra do tesouro nacional	116.941	-	-	116.941
Letras financeiras instituições privadas	-	-	256.328	256.328
Ações de companhias abertas	-	5.654	-	5.654
Total	1.032.127	282.751	597.132	1.912.010
Em 31/12/2020	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de fundos de investimentos	-	271.741	9.609	281.350
Letras financeira do tesouro	1.011.822	-	-	1.011.822
Notas do tesouro nacional-B	-	-	330.552	330.552
Letras do tesouro nacional	117.364	-	-	117.364
Letras financeiras instituições privadas	-	-	351.515	351.515
Ações de companhias abertas	-	1.933	-	1.933
Total	1.129.186	273.674	691.676	2.094.536

Os títulos públicos federais classificados para negociação são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os contratos futuros – “derivativos” são precificados pela B3 – Brasil, Bolsa e Balcão diariamente.

Os títulos classificados como disponíveis para venda são mensurados pelo custo de aquisição, atualizados com base nas condições intrínsecas do papel e ajustados diariamente ao valor de mercado, sendo as cotas de fundo de investimento disponibilizadas pelo gestor do fundo e as ações pela cotação B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em base “*pro-rata die*”, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Em 31 de dezembro o Banco possui ativos restritos no montante de R\$ 7.031 (31/12/2020 - R\$ 6.958) dados como garantia dessas operações.

6.2 Instrumentos derivativos

O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*) efetuada pelo BRDE junto às instituições financeiras internacionais.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap – ativo	30/06/2021		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a (pagar)/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(US\$+Libor+tx) x (R\$+CDI+tx)	21.964	(109)	(1.288)
(US\$+Libor+tx) x (R\$+CDI+tx)	24.321	(2.923)	(2.923)
(US\$+Libor+tx) x (R\$+CDI+tx)	21.172	(2.913)	(2.913)
(EUR+Euribor+tx) x (R\$+CDI+tx)	44.632	(5.077)	(5.077)
Total	112.089	(11.022)	(12.201)

Para apuração do valor justo, utilizou-se o fluxo de caixa descontado. Os fluxos são projetados conforme encargos contratuais do objeto de hedge e de contratação do instrumento de hedge e respectivas curvas futuras. O fluxo é descontado por CDI (curva DI x Pre) mais a taxa pré apurada no *inception*, que equaliza os fluxos no reconhecimento inicial.

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

	30/06/2021			31/12/2020
	Valor referencial	Valor da curva	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	112.089	100.294	102.032	22.572
Instrumento	112.089	12.764	11.022	573

Foram realizados testes de efetividade sobre a carteira de hedge classificada como Risco de Mercado, alcançando os resultados previstos pela Circular BACEN n.º 3.082/02.

A posição das captações externas protegidas por derivativos:

Instituição	Valor Captado ⁽¹⁾	Data inicial	Data final	Indexador
CAF T-1	US\$ 4.340	17/12/2020	16/12/2030	USD + Libor 6m +2,95% a.a.
BEI	€\$ 6.707	25/02/2021	10/09/2025	EUR + 0,65% a.a.
CAF T-2	US\$ 4.233	10/03/2021	16/02/2027	USD + Libor 6m +2,60% a.a.
CAF T-3	US\$ 3.655	29/03/2021	18/02/2031	USD + Libor 6m +2,95% a.a.

(1) valores expressos em milhares na moeda captada

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Tipo de Operação	Nível de risco									30/06/2021		31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos	108.328	168.040	74.270	14.396	12.493	3.107	809	1.394	31.076	413.913	3,1%	400.626	2,9%
Financiamentos	1.743.919	2.281.659	752.408	309.594	132.353	29.450	28.326	33.136	105.432	5.416.277	40,9%	5.726.805	42,1%
Financiamentos agroindustriais	97.141	206.264	9.237	6.714	15.299	-	-	43	-	334.698	2,5%	341.480	2,5%
Financiamentos rurais	4.027.382	2.732.760	149.717	67.489	14.593	12.899	5.834	1.258	36.162	7.048.094	53,2%	7.106.826	52,2%
Total operações de crédito	5.976.770	5.388.723	985.632	398.193	174.738	45.456	34.969	35.831	172.670	13.212.982	99,7%	13.575.737	99,8%
Outros créditos	26.873	8.284	-	4	-	2.585	-	-	-	37.746	0,3%	33.385	0,2%
Total da carteira de crédito	6.003.643	5.397.007	985.632	398.197	174.738	48.041	34.969	35.831	172.670	13.250.728	100%	13.609.122	100%
% da carteira	45,3%	40,7%	7,4%	3,0%	1,3%	0,4%	0,3%	0,3%	1,3%	100%		100%	

7.2 Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2021	31/12/2020
Provisão regulamentar	-	26.944	9.856	11.946	17.474	13.637	17.484	25.081	172.670	295.092	327.606
Provisão adicional	-	-	-	-	8.737	4.546	5.245	8.957	-	27.485	29.324
Provisão das operações crédito	-	26.944	9.856	11.946	26.211	18.183	22.729	34.038	172.670	322.577	356.930
Provisão outros créditos ¹ -	-	42	-	-	-	1.034	-	-	-	1.076	1.147
Provisão esperada perdas associadas ao risco de crédito	-	26.986	9.856	11.946	26.211	19.217	22.729	34.038	172.670	323.653	358.077

(1) Créditos com características de concessão de crédito: avais e fianças honrados e devedores por compra de bens e valores

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 é constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

7.3 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal – sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2021	31/12/2020
Parcelas vincendas	5.993.693	5.351.980	925.726	305.344	143.602	15.354	15.125	30.011	154.339	12.935.174	13.335.850
01 a 30 dias	263.739	142.501	15.463	8.686	2.555	957	300	98	2.084	436.383	320.689
31 a 60 dias	69.433	60.165	11.979	4.880	1.562	497	310	61	851	149.738	140.802
61 a 90 dias	75.776	61.440	10.508	4.994	1.295	415	258	73	14.203	168.962	137.392
91 a 180 dias	266.308	201.110	42.030	14.706	4.398	989	912	309	3.628	534.390	585.608
181 a 365 dias	522.970	409.130	72.820	28.769	9.002	2.224	1.278	625	7.240	1.054.058	1.163.231
Acima de 365 dias	4.795.467	4.477.634	772.926	243.309	124.790	10.272	12.067	28.845	126.333	10.591.643	10.988.128
Operações em curso anormal – com atraso											
Parcelas vincendas	9.635	43.891	56.192	88.785	26.822	28.713	16.881	5.183	14.792	290.894	239.718
01 a 30 dias	88	140	1.089	1.506	571	737	210	223	326	4.890	4.504
31 a 60 dias	76	103	855	1.267	442	626	148	217	183	3.917	3.889
61 a 90 dias	82	954	858	1.278	461	675	198	217	254	4.977	3.942
91 a 180 dias	342	1.296	3.091	4.113	1.487	2.265	563	482	628	14.267	12.862
181 a 365 dias	702	2.559	5.547	9.632	4.386	3.818	1.011	1.177	1.642	30.474	28.877
Acima de 365 dias	8.345	38.839	44.752	70.989	19.475	20.592	14.751	2.867	11.759	232.369	185.644
Parcelas vencidas	315	1.136	3.714	4.068	4.314	3.974	2.963	637	3.539	24.660	33.554
01 a 30 dias	315	1.136	2.536	1.698	882	1.272	1.207	274	959	10.279	9.027
31 a 60 dias	-	-	1.178	1.561	795	619	198	131	234	4.716	6.673
61 a 90 dias	-	-	-	179	1.167	547	156	61	388	2.498	4.364
91 a 180 dias	-	-	-	630	1.470	765	580	171	861	4.477	8.878
181 a 365 dias	-	-	-	-	-	771	822	-	815	2.408	3.872
Acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	282	282	740
Total da carteira - 2021	6.003.643	5.397.007	985.632	398.197	174.738	48.041	34.969	35.831	172.670	13.250.728	
Total da carteira – 2020	6.347.883	5.502.521	844.982	384.434	229.157	23.145	21.507	50.440	205.053		13.609.122

7.4 Concentração da carteira de crédito

	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Maior cliente	233.506	1,76%	213.095	1,57%
10 seguintes maiores clientes	1.536.841	11,60%	1.556.807	11,44%
20 seguintes maiores clientes	1.393.232	10,51%	1.442.637	10,60%
50 seguintes maiores clientes	1.725.830	13,02%	1.782.482	13,10%
100 seguintes maiores clientes	1.814.429	13,69%	1.845.813	13,56%
Demais clientes	6.546.890	49,42%	6.768.288	49,74%
Total da carteira	13.250.728	100%	13.609.122	100%

7.5 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Setor Público	526.465	4,0%	476.723	3,5%
Administração pública	518.839	3,9%	469.100	3,4%
Indústria	7.626	0,1%	7.623	0,1%
Setor Privado	12.724.263	96,0%	13.132.399	96,5%
Agropecuária	3.590.597	27,1%	3.696.248	27,2%
Indústria	3.019.728	22,8%	3.102.443	22,8%
Infraestrutura	2.756.408	20,8%	3.054.971	22,4%
Comércio	2.284.738	17,2%	2.263.264	16,6%
Serviços	1.072.792	8,1%	1.015.473	7,5%
Total da carteira	13.250.728	100%	13.609.122	100%

7.6 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial do semestre/exercício	358.077	316.991
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	35.592	139.003
Constituição de provisão por recuperação de crédito	19.002	40.449
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(57.445)	(80.838)
Movimentação da provisão com efeito no resultado	355.226	415.605
Transferência para compensação	(31.573)	(57.528)
Saldo final do semestre/exercício	323.653	358.077

7.7 Renegociação e recuperação de créditos

	30/06/2021	30/06/2020
Montante renegociado no semestre	102.013	52.212
Montante recuperado:	91.712	51.521
- Por renegociação	19.002	33.572
- Por recebimento	72.710	17.949

7.8 Receita de operações de crédito

	30/06/2021	30/06/2020
Empréstimos	15.956	9.878
Financiamentos	229.410	270.921
Financiamento rurais	231.196	252.187
Financiamentos agroindustriais	11.122	51.696
Recuperação créditos baixados como prejuízo	91.712	51.521
Outros	243	473
Total	579.639	636.676

8. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	3.361	1.446
Pagamentos a ressarcir	522	103
Pendências a regularizar	7.187	3.055
Superávit de plano de benefício pós-emprego (nota 22.2.1)	8.868	11.244
Créditos específicos	1.001	15.040
Outros	538	725
Total	21.477	31.613

O saldo de créditos específicos refere-se à remuneração devida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) das operações do programa PESA.

9. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	30/06/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
IMOBILIZADO				
Imóveis	44.187	(10.312)	33.875	34.231
Instalações	2.339	(2.193)	146	164
Móveis e equipamentos	20.440	(15.898)	4.542	4.473
Veículos	1.769	(712)	1.057	1.258
Outros imobilizados em uso	14	(8)	6	5
Total – imobilizado	68.749	(29.123)	39.626	40.131
INTANGÍVEL				
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamento de dados	44.781	(26.767)	18.014	15.657
Outros	17	(8)	9	9
Total – intangível	44.798	(26.775)	18.023	15.666
Total – 30/06/2021	113.547	(55.898)	57.649	
Total – 31/12/2020	108.412	(52.615)		55.797

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

10.1 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos do exterior representam recursos captados com instituições internacionais com a prioridade de serem utilizados em financiamentos, porém sem a vinculação de mesmo prazo.

As obrigações de repasses do país correspondem a recursos originários de programas oficiais e os repasses do exterior a recursos originários de instituições internacionais, os quais são repassados a mutuários finais. As obrigações por repasses têm vencimentos até o ano 2044, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	30/06/2021			31/12/2020	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Repasses do país	2.378.696	5.795.310	3.211.548	11.385.554	12.032.528
BNDES	1.743.073	4.617.490	2.681.239	9.041.802	9.617.542
FINAME	379.457	623.294	171.001	1.173.752	1.316.718
FINEP	71.128	223.717	40.386	335.231	351.584
BB	36.487	111.032	49.757	197.276	178.557
CEF	27.758	126.270	217.164	371.192	345.077
FUNGETUR	113.069	90.723	52.001	255.793	215.008
Outros	7.724	2.784	-	10.508	8.042
Empréstimos e repasses do exterior	36.998	207.864	215.599	460.461	381.830
AFD	29.590	132.499	196.335	358.424	316.382
CAF	-	43.100	19.264	62.364	22.570
BEI	7.408	32.265	-	39.673	42.878
Total – 30/06/2021	2.415.694	6.003.174	3.427.147	11.846.015	
Total – 31/12/2020	2.414.523	6.342.462	3.657.373		12.414.358

10.2 Despesa com repasses

	30/06/2021	30/06/2020
Despesa com repasses do BNDES	229.254	265.921
Despesa com repasses da FINAME	23.744	23.960
Despesa com repasses da FINEP	4.019	4.431
Despesa com repasses do BB	3.514	4.404
Despesa com repasses da CEF	10.755	6.643
Despesa com repasses de outras instituições do país	10.200	1.546
Despesa com repasses do exterior	(19.344)	58.342
Despesa com empréstimos no exterior	(20.761)	-
Total	241.381	365.247

O saldo da despesa com repasses e com empréstimos do exterior tornou-se credor decorrente da variação cambial positiva ocorrida no 1º semestre de 2021.

11. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	30/06/2021	31/12/2020
Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	43.846	147.727
Ministério do Turismo – FUNGETUR	298.819	335.337
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – FUNCAFÉ	-	10.014
Total	342.665	493.078

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2021	31/12/2020
Participação nos lucros e resultados	9.359	7.960
Fornecedores de bens e serviços	6.753	4.448
Honras de fundos garantidores ⁽¹⁾	51.953	1.895
Valores de mutuários a regularizar ⁽²⁾	6.034	9.964
Pendências a regularizar	8.187	2.837
Outras	1.649	978
Total	83.935	28.082

(1) no primeiro semestre de 2021 o BRDE transferiu o montante de R\$ 49.964 do grupo de obrigações por repasses para outras obrigações.

(2) os valores aqui classificados referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

13. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

Em 30/06/2021 o montante garantido é R\$ 100.815 (31/12/2020 – R\$ 96.254) e o total de provisão atinge R\$ 17.377 (31/12/2020 – R\$ 16.047). Todas as operações de garantias financeiras prestadas possuem garantia real.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2020	Constituição	Atualização	Baixa por:		30/06/2021
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.654	-	10	-	-	14.664
Trabalhistas	31.043	3.881	1.146	(1.122)	(931)	34.017
Cíveis	57.919	3.357	571	(540)	(3.154)	58.153
Total	103.616	7.238	1.727	(1.662)	(4.085)	106.834

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

De acordo com a nota 3.11 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 170.535 (31/12/2020 - R\$ 99.930), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 51.477 referem-se a honorários de sucumbência;
- b. R\$ 4.277 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- c. R\$ 2.399 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 56.640. Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 2.295.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 30 de junho de 2021, é de R\$ 25.038 (31/12/2020 – R\$ 24.876).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, é composto de 1.608.429.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 cada ação e está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

O BRDE solicitou ao BACEN neste primeiro semestre de 2021 solicitação para aumento de capital no valor de R\$ 89.850, referente ao lucro apurado no 2º semestre de 2020. A aprovação ocorreu em 12/07/2021.

c. Reserva de lucro

No primeiro semestre de 2021, patrimônio líquido do BRDE foi objeto de reclassificação contábil interna dos valores oriundos do fundo de reserva regimental, que passaram a fazer parte do grupo de reservas de lucro, tendo sido zerado o saldo do grupo de reserva de capital

16. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 01/2019 a 02/2020	15,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 03/2020 a 06/2021 ⁽¹⁾	20,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 07/2021 a 12/2021 ⁽²⁾	25,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019;

(2) majoração aprovada pela Lei 14.183/2021, cujo efeito no crédito tributário é calculado nesse fechamento

16.1 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado do semestre, antes da tributação	265.977	265.977	150.057	150.057
Adições e exclusões				
Provisão para passivos contingentes	3.218	3.218	(9.849)	(9.849)
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.330	1.330	(4.208)	(4.208)
Provisão para operações de crédito	(34.353)	(34.353)	53.394	53.394
Créditos baixados como prejuízo	(22.882)	(22.882)	(61.593)	(61.593)
Provisão para outros créditos	(71)	(71)	1.946	1.946
Provisão para assistência médica	5.158	5.158	(1.488)	(1.488)
Ajuste a mercado - swap	13.016	13.016	-	-
Atualização de depósitos judiciais	206	206	6.285	6.285
Renegociações tributadas por caixa	(4.652)	(4.652)	866	866
Recuperações judiciais – deferimento	101	101	32.820	32.820
Outros, líquidos	(68)	(372)	2.509	2.228
Base de cálculo	226.980	226.676	170.739	170.458
Imposto calculado	(34.047)	(45.335)	(25.611)	(25.569)
Adicional de imposto	(22.686)	-	(17.062)	(5.493)
Incentivos fiscais	635	-	639	-
Total provisão do imposto	(56.098)	(45.335)	(42.034)	(31.062)
Crédito tributário (líquido de reversões)	(15.760)	(8.930)	5.873	6.233
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(71.858)	(54.265)	(36.161)	(24.829)

16.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2020	Constituição	Reversão	30/06/2021
Reflexo no resultado	284.613	36.292	(59.549)	261.356
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	64.876	7.475	(20.463)	51.888
Provisão para perdas com operações de crédito	148.782	15.186	(34.738)	129.230
Provisão para garantias financeiras prestadas	7.221	2.622	(1.614)	8.229
Provisão para contingências	46.627	3.817	(1.943)	48.501
Provisão para perdas com outros créditos	516	47	(67)	496
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	374	583	-	957
Provisão para participação nos lucros e resultados	15.644	1.838	(696)	16.786
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	-	4.680	-	4.680
Licença prêmio em aquisição	267	44	(28)	283
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	37.249	403	(1.675)	35.977
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	32.200	356	-	32.556
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.861	-	(1.675)	186
Passivo atuarial PB II - abrangente	3.188	47	-	3.235
Total geral – créditos tributários	321.862	36.695	(61.224)	297.333
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2020	Constituição	Reversão	30/06/2021
Renegociações REFIS/RECOOP	1.853	-	-	1.853
Atualização depósitos judiciais	24.806	371	(463)	24.714
Renegociações tributadas por caixa	28.773	6.752	(3.508)	32.017
Recuperação judicial – deferimento	5.996	115	(913)	5.198
Ativo atuarial – PB I	5.059	356	(1.277)	4.138
Total geral – débitos tributários	66.487	7.594	(6.161)	67.920

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho, totalizam R\$ 97.725 (31/12/2020 – R\$ 86.888).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários		Débitos tributários	
	Valor	%	Valor	%
2021	45.956	15,5%	5.463	8,0%
2022	108.869	36,6%	35.123	51,7%
2023	35.707	12,0%	4.838	7,1%
2024	24.231	8,1%	2.690	4,0%
2025	19.384	6,5%	2.595	3,8%
2026 a 2030	63.186	21,3%	10.617	15,6%
após 2030			6.594	9,8%
Total	297.333		67.920	

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 256.322 (31/12/2020 - R\$ 279.730) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 59.094 (31/12/2020 - R\$ 58.764).

16.3 Despesas tributárias

Tributo	30/06/2021	30/06/2020
PIS	2.271	1.973
COFINS	13.976	12.144
ISS	1.019	708
Outros	822	845
Total	18.088	15.670

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2021	30/06/2020
Tarifa de análise	5.960	3.830
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	3.787	4.582
Tarifa de cadastro	1.086	1.531
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	151	262
Tarifa de elaboração de parecer, laudo ou estudo técnico	173	83
Tarifa sobre liquidação antecipada	2.453	87
Tarifa de prestação de garantias financeiras	3.058	2.485
Remuneração administração do FSA	2.322	1.587
Outras tarifas	1.392	699
Total	20.382	15.146

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2021	30/06/2020
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	3.317	4.232
Reversão da provisão de processos trabalhistas	1.122	2.362
Reversão da provisão de outros processos	540	599
Reversão de provisão de encargos sociais sobre férias	3.808	-
Atualização de depósitos judiciais	982	1.246
Venda parcial da carteira baixada em prejuízo ⁽¹⁾	17.311	4.137
Outras ⁽²⁾	1.195	5.551
Total	28.275	18.127

(1) No primeiro semestre de 2021, o Banco efetuou cessão de créditos vencidos e integralmente baixados para prejuízo, sem coobrigação, oriundos de suas operações de créditos para compradores não caracterizados como partes relacionadas, na soma de R\$ 17.311 (30/06/2020 – R\$ 4.137).

(2) do total de R\$ 5.551 destacamos que R\$ 2.403 são decorrentes da ação ordinária contra a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, em que o BRDE requereu a revisão da apuração do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), transitada em julgado, com direito à compensação de valores recolhidos a maior;

19. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração	51.610	48.803
Encargos sociais	29.166	24.123
Benefícios	7.824	7.019
Honorários	2.793	2.292
Outras despesas	1.035	1.373
Total	92.428	83.610

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2021	30/06/2020
Aluguel, condomínio, água e luz	1.724	1.780
Comunicações	685	808
Manutenção e conservação de bens	2.855	1.860
Processamento de dados	3.802	2.548
Promoções e relações públicas	456	559
Publicidade e propaganda	913	812
Serviços do sistema financeiro	781	1.020
Serviços de terceiros	1.147	1.202
Serviços técnicos especializados	1.323	1.528
Vigilância e segurança	477	554
Transportes	427	366
Viagem	63	561
Emolumentos judiciais e cartorários	458	482
Depreciação e amortização	3.449	3.171
Despesas estatutárias	2.405	2.493
Taxa de administração do fundo	1.016	1.074
Outras despesas administrativas	850	1.171
Total	22.831	21.989

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2021	30/06/2020
Obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	5.438	1.301
Finança honrada para cliente em prejuízo	2.860	3.708
Juros e serviços sobre obrigações atuariais	9.532	2.418
Outras despesas	1.728	869
Total	19.558	8.296

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com os parâmetros estabelecidos no parágrafo 4º do artigo 34 da Resolução BCB n.º 02/2020, o BRDE estabeleceu critérios daquilo que considera não recorrente e apresenta o seu resultado na tabela a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado de atividades recorrentes	108.991	78.948
Majoração da alíquota da CSLL para instituições financeiras	4.193	-
Venda de carteira baixada em prejuízo	17.311	4.137
Resultado de atividades não recorrentes	21.504	4.137
Resultado líquido	130.495	83.085

23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com base em laudo preparado por atuários independentes.

O BRDE não realizou avaliação atuarial no primeiro semestre de 2021. Assim, os dados apresentados são os mesmos do balanço findo em 31/12/2020, sendo destacado em texto as alterações de saldo ocorridas neste semestre, que são referentes a realização parcial de ativo com origem atuarial e provisionamento mensal de estimativa de realização de passivo atuarial relacionado a despesas médicas de funcionários inativos.

23.1 Característica dos planos de benefícios

23.1.1 – Planos de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador

a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, tendo alocado recursos decorrentes do excedente patrimonial em Reserva de Contingência e Reserva Especial, conforme Resolução CNPC nº 30/2018, e desde 01/01/2020 realizada destinação parcial de recursos da Reserva Especial formada no exercício de 2018 para os participantes, assistidos e patrocinadores do Plano.

Em 31/12/2020, o Banco figura como patrocinador de 58 participantes ativos (31/12/2019 - 62), 391 aposentados (31/12/2019 - 390) e 94 pensionistas (31/12/2019 - 94).

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2020, o Banco figura como patrocinador de 345 participantes ativos (31/12/2019 - 348), 4 aposentados (31/12/2019 - 3) e 13 pensionistas (31/12/2019 - 15).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management* – ALM, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

23.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Em 31/12/2020, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 869 (31/12/2019 - 863).

23.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

23.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352
Valor justo dos ativos do plano	(1.143.214)	(1.167.285)	(21.421)	(20.075)	-	-
Deficit (superavit) apurado	(117.083)	(151.157)	5.950	3.977	257.398	259.352
Efeito no teto do ativo	105.839	135.366	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(11.244)	(15.791)	5.950	3.977	257.398	259.352

O Conselho Deliberativo do ISBRE aprovou no fim do exercício de 2019 destinação da Reserva Especial do PB I formada no exercício de 2018, na forma de redução parcial das contribuições, com início em janeiro/2020. Desta forma, apurou-se o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para o Banco na forma de reduções nas contribuições futuras para o Plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo por base o montante a ser destinado ao BRDE na forma de redução parcial das contribuições em decorrência da destinação da Reserva Especial em curso, resultando em um Teto do Ativo de R\$ 11.244 mil, valor reconhecido pelo Banco como um ativo atuarial líquido. O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”.

➤ Movimentação ocorrida no 1º semestre de 2021

PBI I – o novo valor do efeito no teto do ativo é de R\$ 108.415 alterando o Passivo (ativo) atuarial líquido em 30/06/2021 para R\$ (8.668) (31/12/2020 – R\$ (11.244))

PAS – as despesas com juros e os benefícios pagos no 1º semestre de 2021 alteraram o Passivo (ativo) atuarial líquido em 30/06/2021 para R\$ 262.556 (31/12/2020 – R\$ 257.398)

23.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Obrigações atuariais no início do período	1.016.128	835.644	24.052	15.297	259.352	167.676
Custo do serviço corrente líquido	192	126	968	675	702	598
Contribuições de participantes realizadas no período	840	844	-	-	-	-
Despesa de juros	67.218	72.544	1.676	1.371	18.278	14.998
Benefícios pagos no período	(63.524)	(60.989)	(804)	(809)	(5.536)	(9.690)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	15.455	-	2.018	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(8.379)	154.332	(2.346)	5.323	(15.217)	53.995
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	13.656	(1.828)	3.825	177	(181)	31.775
Passivo (ativo) atuarial líquido	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352

➤ Movimentação ocorrida no 1º semestre de 2021

PAS – houve no 1º semestre de 2021 as despesas com juros e o valor de benefícios pagos no período montaram, respectivamente, R\$ 9.534 e R\$ 4.376, aumentando o deficit no período em R\$ 5.158.

23.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2020	2019	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do período	(1.167.285)	(992.238)	(20.075)	(15.202)
Benefícios pagos no período	63.524	60.989	804	809
Contribuições de participante realizadas no período	(840)	(844)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(3.200)	(7.850)	(1.579)	(1.478)
Receita de juros	(77.642)	(86.988)	(1.443)	(1.421)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	42.229	(140.355)	871	(2.783)
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.143.214)	(1.167.286)	(21.422)	(20.075)

23.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Efeito do teto de ativo no início do período	135.366	156.593	-	-	-	-
Despesa de juros	9.248	14.130	-	-	-	-
Mudanças no efeito do teto do ativo	(38.775)	(35.357)	-	-	-	-
Efeito no teto de ativo no fim do período	105.839	135.366	-	-	-	-

➤ **Movimentação ocorrida no 1º semestre de 2021**

PAS – houve aumento nas despesas com juros no 1º semestre de 2021 no valor de R\$ 2.576 alterando o seu total e o valor do efeito no teto de ativo no fim do período para R\$ 2.576 e R\$ 108.415, respectivamente.

23.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(15.791)	-	3.977	97	259.352	167.676
Custo do serviço corrente líquido	192	126	968	675	702	598
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	67.218	72.544	1.676	1.371	18.279	14.998
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	9.249	14.130	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(77.642)	(86.988)	(1.443)	(1.421)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(983)	(188)	1.201	625	18.981	15.596
(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	5.276	167.958	1.480	7.517	(15.399)	85.770
Mudanças no efeito do teto do ativo	(38.775)	(35.357)	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	42.229	(140.355)	871	(2.783)	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	8.730	(7.754)	2.351	4.734	(15.399)	85.770
Contribuições do banco no período	(3.200)	(7.850)	(1.579)	(1.478)	(5.536)	(9.690)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(11.244)	(15.792)	5.950	3.978	257.398	259.352

➤ **Movimentação ocorrida no 1º semestre de 2021**

PAS – as alterações mencionadas no item 20.2.2 alteraram os seguintes saldos da tabela acima:

	30/06/2021	31/12/2020
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	27.812	18.279
Despesa (receita) reconhecida no resultado	28.514	18.981
Contribuições do banco no período	(9.912)	(5.536)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	262.556	257.398

23.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Renda fixa	84,54%	86,22%	76,32%	83,45%
Renda variável	4,51%	2,80%	11,73%	4,23%
Imobiliário	0,48%	1,30%	0,13%	0,38%
Estruturado	10,09%	9,25%	9,87%	9,94%
Carteira de empréstimos	0,38%	0,43%	1,94%	1,99%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

23.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 10,35 anos para o PB I, 18,68 anos para o PB II e 17,37 anos para o PAS.

O quadro abaixo apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Taxa de desconto atuarial (real)	3,20%	3,11%	3,80%	3,37%	3,80%	3,45%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,20%	3,11%	3,80%	3,37%	3,80%	3,45%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,21%	4,21%	4,21%	4,21%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios				100%		
Fator de capacidade sobre os salários				100%		
Inflação esperada	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	6,63%	6,83%	7,25%	7,10%	7,25%	7,18%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	6,63%	6,83%	7,25%	7,10%	7,25%	7,18%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,67%	7,97%	7,67%	7,97%	N/A	N/A

Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento 3,32% 3,61% 3,32% 3,61% 6,94% 7,24%

Mortalidade geral AT 2000 (suavizada em 100%), segregada por sexo

Mortalidade de inválidos MI85, segregada por sexo

Entrada de invalidez Álvaro Vindas

Taxa anual de rotatividade Nula

Composição familiar Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro Família efetiva (conforme informações cadastrais)

23.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(44.871)	(1.850)	(19.198)	(4,4%)	(6,8%)	(7,5%)
	redução de 0,5 p.p	48.558	1.957	22.257	4,7%	7,1%	8,6%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	21.205	(371)	11.442	2,1%	(1,4%)	4,4%
	redução de 1 ano	(20.967)	575	(11.249)	(2,0%)	2,1%	(4,4%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	22.210	-	-	8,6%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(19.336)	-	-	(7,5%)

23.6 Fluxos de caixa futuros

23.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021
	Contribuições do empregado	3.200	2.937	1.579	1.516	5.536
Contribuições do participante	841	51	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	63.524	68.342	804	969	5.536	11.010
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

23.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo, em R\$ milhões, representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
2021 a 2025	314	6	60
2026 a 2030	291	9	71
Após 2030	748	93	483

24. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

	30/06/2021	30/06/2020
Locação de salas	(364)	(356)
Ressarcimento de salários	334	244
Contribuição patronal	(7.779)	(6.666)
Total	(7.809)	(6.778)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	30/06/2021	30/06/2020 (reapresentação)
Benefícios de curto prazo	3.245	2.689
Diretoria	3.006	2.407
Conselho de Administração	184	227
Comitê de Auditoria	55	55
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	250	128
Total	3.495	2.817

c) Agência de Fomento do Paraná – FOMENTO PR

No 1º semestre de 2021, o BRDE concedeu empréstimo, em condições similares aos demais clientes do BRDE, a Agência de Fomento do Paraná (FOMENTO PR), cujo controlador é o Estado do Paraná, um dos sócios do BRDE, sendo que o saldo em 30/06/2021 é de R\$ 10.114.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e como normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Apetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária, e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerencia-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO), e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos e nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. No fechamento do período ora reportado também não possui operações de captação de recursos no mercado. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão, e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração.

O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é divulgada juntamente com as informações sobre gestão de riscos e capital no Relatório de Pilar 3 de Basileia no seguinte endereço: <https://www.brde.com.br/gestao-de-riscos/>.

26. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 31 de dezembro.

	30/06/2021	30/06/2020
Patrimônio de Referência	3.214.783	2.954.833
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	15.522.049	15.868.714
Risco de Crédito - RWACPAD	14.211.815	14.603.039
Risco de Mercado - RWAMPAD	113.209	2.528
Risco Operacional - RWAOPAD	1.197.025	1.263.147
Índice de Basileia	20,71	18,62

27. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 35 da Resolução BCB n.º 2/2020 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade: um cenário pessimista e dois otimistas. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, a expectativa de uma lenta recuperação ao longo de 2021 e o efeito que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- ➔ Qualidade da carteira de crédito: para o principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando a relação entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – variação da PCLD		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	(16.183)	16.183	32.365
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	(16.913)	33.826	50.739
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	69.334	80.320	91.253
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Redução de 5%	Aumento de 5%	Aumento de 10%
Efeito no resultado	5.342	(5.342)	(10.683)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Redução de 5%	Redução de 10%
Efeito no resultado	8.887	(8.887)	(17.773)

DIRETORIA

Diretora-Presidente
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Diretor de Planejamento
OTOMAR OLEQUES VIVIAN

Diretor Vice-Presidente
e Diretor de Operações
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos
MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor Financeiro
VLADIMIR ARTHUR FEY

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Conselheiros
WAGNER CARLOS AICHNER
JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER
WAGNER MARCOS SALAI
PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA
VANESSA NEUMANN SULZBACH
JOÃO BIRAL JUNIOR

FABIANO MEASSI
Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial do Banco em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 às referidas demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2021, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 13.212.982 mil, para o qual foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 323.653 mil, sendo que durante o semestre foram reconhecidas receitas com operações de crédito e resultado líquido com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos montantes de R\$ 579.639 mil e R\$ 2.851 mil, respectivamente. A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na com base na experiência passada, cenário atual e perspectivas futuras.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “ratings” atribuídos e indicadores de dias em atraso e envio de cartas de confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados; além do confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis. Adicionalmente, procedemos com a avaliação dos critérios prudenciais estabelecidos pela Administração do Banco para constituição de provisão de perda esperada adicional ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99 do CMN, incluindo as análises preparadas pela administração do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de crédito e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, assim como as divulgações efetuadas na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 263.348 mil, em 30 de junho de 2021. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais procedemos, dentre outros procedimentos, avaliamos a análise de sensibilidade da variação da taxa de juros utilizada no cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados na avaliação anterior. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a análise da suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que a avaliação das obrigações atuariais efetuada pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 30 de junho de 2021, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 297.333 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito em concordância com a legislação vigente. Ainda analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2021.

Demonstrações do resultado abrangente (DRA) e do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) e do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", respectivamente. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente e do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7



Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC - RS 062793/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 30.06.2021

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 1º semestre de 2021 ocorreram três reuniões, com periodicidade bimestral, onde foram exercidas as atribuições regulamentares, dentre essas a análise das demonstrações contábeis da data-base de 30.06.2021, a elaboração e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo abaixo:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento, pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, pela auditoria independente e pelos órgãos de supervisão e fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando os esforços da área em aprimorar as práticas de gestão de riscos e controles internos, assim como, a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras; as Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial; e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 30 de junho de 2021.

Com base nas atividades desenvolvidas, não identificamos descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2021.

Alex Mussoi
Ribeiro

Assinado de forma digital por
Alex Mussoi Ribeiro
Dados: 2021.08.24 14:15:15
-03'00'

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

Lauren de Vargas
Momback

Assinado de forma digital por
Lauren de Vargas Momback
Dados: 2021.08.24 12:49:05
-03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS